

Canarana Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias 31 de dezembro de
2022 e relatório dos auditores
independentes.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração do fluxo de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com o Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	261,99
Tensão em kV:	230
Subestações próprias/ acessadas:	2

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 81.977 (oitenta e um milhões, novecentos e setenta e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 74.361 (setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 21 de Junho de 2022 , a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022 , homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 10,24%.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	2,63	2,42
• Liquidez corrente	3,57	3,24
• Relação patrimônio líquido/ativo	61,98%	58,63%
• Relação passivo não circulante/ativo	31,08%	34,83%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	24,77%	26,61%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	36,87%	35,52%
Ativos Totais	312.066	307.119
Lucro líquido do exercício	47.921	47.915

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022, nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

Criamos, também, instâncias, como a área dedicada ao ESG3, que impulsionou relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A Divisão de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à Divisão de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Além disso, com relação a gestão de riscos, a Companhia age de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Canarana Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Canarana Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Canarana Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	48.499	31.851
Concessionárias e permissionárias	8	8.265	7.746
Contas a receber - partes relacionadas	26	1.170	834
Adiantamento a fornecedor		1.706	1.710
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	10	14.846	22.051
Outros impostos a recuperar	10	1.033	589
Estoques		1.198	150
Outros ativos circulantes		451	159
		77.168	65.090
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	4.676	4.659
Imobilizado	11	225.691	233.345
Intangível	12	4.531	4.025
		234.898	242.029
Total do ativo		312.066	307.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	13	1.735	2.160
Fornecedores - partes relacionadas	26	642	820
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	11.045	10.966
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	4.900	3.662
Outros impostos a pagar	15	843	641
Taxas regulamentares	16	765	406
Outros passivos circulantes		1.709	1.418
		21.639	20.073
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	96.999	106.885
Provisão para contingências	17	-	90
		96.999	106.975
Patrimônio líquido	18		
Capital social		84.001	84.001
Reserva de retenção de lucros		192.800	174.423
Reserva de incentivos fiscais		32.741	22.396
Reserva legal		15.658	12.328
Prejuízo acumulado		(131.772)	(113.077)
		193.428	180.071
Total do passivo e do patrimônio líquido		312.066	307.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	76.817	71.229
Custo da operação	20	<u>(12.176)</u>	<u>(12.204)</u>
Lucro bruto		64.641	59.025
Despesas gerais e administrativas	21	(3.493)	(3.616)
Outras despesas/receitas operacionais	23	<u>10.166</u>	<u>8.556</u>
Lucro antes do resultado financeiro		71.314	63.965
Resultado financeiro	24	<u>(4.772)</u>	<u>(5.550)</u>
Receita financeira		5.000	2.632
Despesa financeira		(9.772)	(8.182)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>66.542</u>	<u>58.415</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	<u>(18.621)</u>	<u>(10.500)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>47.921</u>	<u>47.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	47.921	47.915
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>47.921</u>	<u>47.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital Social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (Prejuízo) Acumulado	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	84.001	9.564	143.324	13.645	(105.726)	144.808
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.915	47.915
Constituição da reserva legal	-	2.764	-	-	(2.764)	-
Provisão de incentivos fiscais (nota explicativa 18)	-	-	-	8.751	(8.751)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 18)	-	-	-	-	(3.903)	(3.903)
Dividendos intermediários	-	-	(5.989)	-	(2.760)	(8.749)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros(nota explicativa 18)	-	-	37.088	-	(37.088)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84.001	12.328	174.423	22.396	(113.077)	180.071
Lucro do exercício	-	-	-	-	47.921	47.921
Constituição da reserva legal	-	3.330	-	-	(3.330)	-
Provisão de incentivos fiscais (nota explicativa 18)	-	-	-	10.345	(10.345)	-
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 18)	-	-	-	-	(1.891)	(1.891)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros(nota explicativa 18)	-	-	51.050	-	(51.050)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 18)	-	-	(32.673)	-	-	(32.673)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	84.001	15.658	192.800	32.741	(131.772)	193.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		66.542	58.415
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	14	9.552	8.120
Depreciação e amortização		7.561	7.559
Baixa de imobilizado e intangível		420	242
Rendimento títulos e valores mobiliários		(154)	(30)
Provisão para perda de crédito esperada	8	438	(112)
Provisão para contingências	17	(90)	(77)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(957)	28
Títulos e valores mobiliários		93	20
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		7.205	(5.441)
Outros impostos a recuperar		(445)	(375)
Adiantamentos a fornecedores		4	(24)
Contas a receber - partes relacionadas		(336)	878
Estoques		(1.048)	(122)
Outros ativos		(292)	150
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(600)	(522)
Tributos e contribuições sociais		(10.695)	1.515
Taxas regulamentares		359	(386)
Outros passivos		292	64
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		77.849	69.902
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(6.429)	(5.908)
Outros impostos pagos		(341)	(6.697)
Juros pagos	14	(8.731)	(8.112)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		62.348	49.185
Aquisição de imobilizado e intangível	11/12	(834)	(676)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(996)	(1.091)
Resgate títulos e valores mobiliários		1.039	1.055
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(791)	(713)
Financiamentos pagos	14	(10.628)	(10.600)
Dividendos pagos	18	(32.674)	(8.752)
Juros sobre capital próprio pagos	18	(1.607)	(10.645)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(44.909)	(29.997)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		16.648	18.476
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.851	13.375
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		48.499	31.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso.

A Companhia iniciou suas operações em 11 de junho de 2018, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões, duzentos e treze mil reais) e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 262 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões, duzentos e treze mil reais), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018

conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 68.817 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezessete mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 74.361 (setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 81.977 (oitenta e um milhões, novecentos e setenta e sete mil xx reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

1.3 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022 , a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022 , homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 10,24%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos

1.4 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor

recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro.. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuro .
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.

- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
 - (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		77.168	72.304	149.472	65.090	71.422	136.512
Caixa e equivalentes de caixa		48.499	-	48.499	31.851	-	31.851
Concessionárias e permissionárias		8.265	-	8.265	7.746	-	7.746
Contas a receber – partes relacionadas		1.170	-	1.170	834	-	834
Adiantamentos a fornecedor		1.706	-	1.706	1.710	-	1.710
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		14.846	-	14.846	22.051	-	22.051
Outros impostos a recuperar		1.033	-	1.033	589	-	589
Estoques		1.198	-	1.198	150	-	150
Ativo de contrato	a	-	72.304	72.304	-	71.422	71.422
Outros ativos circulantes		451	-	451	159	-	159
Ativo não circulante		234.898	324.146	559.044	242.029	305.389	547.418
Ativo de contrato	a	-	554.290	554.290	-	542.638	542.638
Títulos e valores mobiliários		4.676	-	4.676	4.659	-	4.659
Imobilizado	b	225.691	(225.624)	67	233.345	(233.252)	93
Intangível	b	4.531	(4.520)	11	4.025	(3.997)	28
		312.066	396.450	708.516	307.119	376.811	683.930

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>			
Passivo	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante		21.639	5.482	27.121	20.073	5.480	25.553
Fornecedores terceiros	f	1.735	5.482	7.217	2.160	5.480	7.640
Fornecedores partes relacionadas		642	-	642	820	-	820
Empréstimos e financiamentos		11.045	-	11.045	10.966	-	10.966
Impostos e contribuição social a pagar		4.900	-	4.900	3.662	-	3.662
Outros impostos a pagar		843	-	843	641	-	641
Taxas regulamentares		765	-	765	406	-	406
Outros passivos circulantes		1.709	-	1.709	1.418	-	1.418
Passivo não circulante		96.999	171.661	268.660	106.975	170.718	277.693
Empréstimos e financiamentos - terceiros		96.999	-	96.999	106.885	-	106.885
Provisão para contingências		-	-	-	90	-	90
Impostos diferidos	c	-	171.661	171.661	-	170.718	170.718
Patrimônio líquido		193.428	219.307	412.735	180.071	200.613	380.684
Capital social		84.001	-	84.001	84.001	-	84.001
Reserva de retenção de lucros		192.800	87.535	280.335	174.423	87.536	261.959
Reserva de incentivos fiscais		32.741	-	32.741	22.396	-	22.396
Reserva legal		15.658	-	15.658	12.328	-	12.328
Prejuízo acumulado	d/e	(131.772)	131.772	-	(113.077)	113.077	-
		312.066	396.450	708.516	307.119	376.811	683.930

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	76.817 (12.176)	11.375 7.107	88.192 (5.069)	71.229	15.920	87.149
Custo da operação	e				(12.204)	7.085	(5.119)
Lucro bruto		64.641	18.482	83.123	59.025	23.005	82.030
Despesas gerais e administrativas		(3.493)	-	(3.493)	(3.616)	-	(3.616)
Outras (despesas) / receitas operacionais		10.166	-	10.166	8.556	-	8.556
Resultado antes do resultado financeiro		71.314	18.482	89.796	63.965	23.005	86.970
Resultado financeiro		(4.772)	-	(4.772)	(5.550)	-	(5.550)
Receita financeira		5.000	-	5.000	2.632	-	2.632
Despesa financeira		(9.772)	-	(9.772)	(8.182)	-	(8.182)
Lucro antes dos impostos		66.542	18.482	85.024	58.415	23.005	81.420
IRPJ e CSLL correntes		(18.621)	-	(18.621)	(10.500)	-	(10.500)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	216	216	-	(15.653)	(15.653)
Lucro líquido do exercício		47.921	18.698	66.619	47.915	7.352	55.267

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Societário	412.735	380.684
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(626.594)	(614.060)
Imobilizado	225.624	233.252
Intangível	4.520	3.997
Fornecedores Terceiros	5.482	5.480
Impostos Diferidos Passivos	171.661	170.718
Patrimônio Líquido Regulatório	193.428	180.071

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido Societário	66.619	55.267
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(87.060)	(84.898)
Margem de construção	74.799	69.181
Ajuste de parcelas variáveis	138	(1.395)
PIS/COFINS Diferido	1.159	1.623
Depreciação regulatória	(7.518)	(7.516)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(216)	15.653
Lucro Líquido Regulatório	47.921	47.915

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. Receita

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. Fornecedores terceiros

A variação do saldo da conta de fornecedores entre a demonstração contábil regulatória e a demonstração financeira é devida pela provisão para encerramento de obra no societário, que para fins regulatórios são absorvidos no grupo de ativo imobilizado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	468	465
Aplicações financeiras (i)	48.031	31.385
	48.499	31.851

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,98% do CDI em 2022 e de 103,6% do CDI em 2021. Variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2022 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação RAP e revisão tarifária) combinadas com menor pagamento de impostos em função do aproveitamento do benefício fiscal..

8 Concessionárias e permissionárias

	/12/2022	31/12/2021
A vencer	8.108	7.655
Vencidas até 30 dias	13	5
Vencidas até 60 dias	3	-
Vencidas até 90 dias	7	1
Vencidas há mais de 90 dias	643	156
	8.774	7.817
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(509)	(71)
	8.265	7.746

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(71)	(183)
Reversão	1	112
Provisão (i)	(439)	-
Saldo final	(509)	(71)

(i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos.

9 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva - financiamentos	4.676	4.659
	4.676	4.659

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 14).

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a CNTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de cobertura da dívida foi superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e, portanto, o saldo da conta reserva constituída é equivalente a três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES .

10 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ saldo negativo (i)	10.685	17.890
CSLL saldo negativo	4.160	4.160
IRRF a recuperar	1	1
	14.846	22.051

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	79	79
COFINS	364	364
IRRF retido de clientes	99	64
CSLL retido de clientes	39	30
ICMS a recuperar	43	43
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	396	-
Outros	13	9
	<u>1.033</u>	<u>589</u>

- (i) Variação refere-se utilização dos créditos de saldos negativos durante o exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se a não utilização dos créditos de IRRF sobre aplicação financeira no ano de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023 na elaboração da ECF do ano-calendário

11 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	256.230	-	-	11	256.241	11	(34.384)	221.857	229.363
Terrenos	283	-	-	-	282	-	-	282	283
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.938	-	-	-	6.938	-	(1.146)	5.792	6.042
Máquinas e equipamentos	248.841	-	-	11	248.853	11	(33.178)	215.675	222.905
Veículos	131	-	-	-	131	-	(47)	84	103
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(13)	24	30
Administração	168	-	-	-	168	-	(111)	57	83
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	162	-	-	-	162	-	(109)	53	78
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	6	-	-	-	6	-	(2)	4	5
	256.398	-	-	11	256.409	11	(34.495)	221.914	229.446
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	3.888	309	(420)	(11)	3.766	(122)	-	3.766	3.888
Máquinas e equipamentos	41	11	-	(11)	41	-	-	41	41
Outros	3.847	298	(420)	-	3.725	(122)	-	3.725	3.847
Administração	11	-	-	-	11	-	-	11	11
Máquinas e equipamentos	11	-	-	-	11	-	-	11	11
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.899	309	(420)	(11)	3.777	(122)	-	3.777	3.899
Ativo imobilizado	260.297	309	(420)	-	260.186	(111)	(34.495)	225.691	233.345

b) Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022		2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	256.241	(34.384)	221.857	229.363
Administração	7,51%	168	(111)	57	83
		256.409	(34.495)	221.914	229.446

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais / Equipamentos
Máquinas e Equipamentos	11
Projetos - diversos	256
Adiantamentos a Fornecedores	42
Total	309

11.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Trasmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. TELEFONE MOVEI VIA SATELITE - IRIDIUM 9555	Máquinas e Equipamentos	11

11.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2022.

12 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	2.982	-	8	2.990	8	(3)	2.987	2.981
Servidões	2.978	-	-	2.978	-	-	2.978	2.978
Softwares	4	-	8	12	8	(3)	9	3
Administração	87	-	2	89	2	(79)	10	25
Servidões	86	-	2	88	2	(79)	9	24
Software	1	-	-	1	-	-	1	1
	3.069	-	10	3.079	10	(82)	2.997	3.006
Ativo intangível em curso								
Transmissão	1.017	523	(8)	1.532	515	-	1.532	1.017
Depósitos judiciais	1.007	-	(271)	736	(271)	-	736	1.007
Servidão	-	515	271	786	786	-	786	-
Softwares	10	8	(8)	10	-	-	10	10
Administração	2	2	(2)	2	-	-	2	2
Softwares	2	2	(2)	2	-	-	2	2
	1.019	525	(10)	1.534	515	-	1.534	1.019
Ativo Intangível	4.088	525	-	4.613	525	(82)	4.531	4.025

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)(i)	2022		2021	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	2.990	(3)	2.987	2.981
Administração	10,00%	89	(79)	10	25
		<u>3.079</u>	<u>(82)</u>	<u>2.997</u>	<u>3.006</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Total
Transmissão	
Software	8
Servidão	515
Total	<u>523</u>
Administração	
Software	2
Total	<u>2</u>

12.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Trasmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
SERVICOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO P&D		
1. DO PROJETO LICENCA DE USO DO SOFTWARE GIS	Softwares	8
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS		
2. DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS)AHGORA MULTI	Softwares	2
Total		<u>10</u>

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra (i)	1.617	1.598
Fornecedores relacionados à construção	52	490
Gastos ambientais e fundiários	-	1
Prestadores de serviços	63	59
Outros	3	12
	<u>1.735</u>	<u>2.160</u>

(i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores.

14 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
BNDES	out/18	jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	108.044	117.851
					<u>108.044</u>	<u>117.851</u>
Circulante					11.045	10.966
Não circulante					96.999	106.885
					<u>108.044</u>	<u>117.851</u>

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2022
BNDES	117.851	9.552	(8.731)	-	(10.628)	108.044
Total	<u>117.851</u>	<u>9.552</u>	<u>(8.731)</u>	<u>-</u>	<u>(10.628)</u>	<u>108.044</u>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
BNDES	128.443	8.120	(8.112)	-	(10.600)	117.851
Total	<u>128.443</u>	<u>8.120</u>	<u>(8.112)</u>	<u>-</u>	<u>(10.600)</u>	<u>117.851</u>

BNDES

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983 (cento e oitenta milhões, novecentos e oitenta e três mil reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2022 havia de principal um

montante de R\$ 107.678 (cento e sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela teve vencimento em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

c. Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2022:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	72.446
(+) EBITDA	78.875
(-) Pagamento de IR + CS	(6.429)
B) Serviço da Dívida	19.359
(+) Amortização de dívida	10.628
(+) Pagamento de juros	8.731
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	3,7

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	193.392
Ativo Total (B)	312.066
Índice de Capitalização (A/B)	62%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2024	10.778
2025	10.778
2026	10.778
2027	10.778
2028 -2033	53.887
	<hr style="border: 1px solid black;"/>
	96.999

15 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	1.201	517
CSLL (i)	3.699	3.145
	<u>4.900</u>	<u>3.662</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	122	90
COFINS	566	418
INSS empregado	92	80
ISS terceiros	2	11
IRRF (ii)	3	5
Outros	58	37
	<u>843</u>	<u>641</u>

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do exercício de 2022. Os créditos só serão utilizados no exercício de 2023.

16 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	26	24
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	739	382
	<u>765</u>	<u>406</u>

(i) **TFSEE**

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 312 (trezentos e doze mil reais).

(ii) **P&D**

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. . Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	-	90
	<u>-</u>	<u>90</u>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de Provisões com prognóstico de perda provável da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	90	90
Adições e reversões, Líquidas (i)	(91)	(91)
Atualizações monetárias	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		

	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	167	-	167
Adições e reversões, Líquidas (ii)	(167)	90	(77)
Atualizações monetárias	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	90	90

- (i) A reversão se deu por conta do encerramento com êxito do Processo nº 0001938-27.2020.8.19.0001 que visava a cobrança de valor de ISSQN que tramitou na comarca de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.
- (ii) No No que diz respeito à reversão trabalhista ocorrida no exercício de 2021, trata-se de reclamação trabalhista número 0001294-21.2017.5.05.0651, movida por empregado de terceiro, contendo pedido de responsabilidade subsidiária da Companhia, com valor de R\$ 167 (cento e setenta e sete mil reais), sendo que depois de proferida decisão final de mérito, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelo autor, o valor da condenação foi integralmente pago pelo próprio terceiro, e por isso houve reversão integral. Com relação à provisão de R\$ 89 (oitenta e nove mil reais), trata-se de ação de cobrança ajuizada contra a Companhia referente ao processo 0001938-27.2020.8.19.0001 de ISSQN, que não foi reconhecido pela Companhia, mas por força de decisão de mérito desfavorável, constitui-se uma provisão.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e servidões, conforme segue:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais (i)	316	1.905
	316	1.905

- (i) Processos Fiscais: Refere-se principalmente a cobrança administrativa em 29 de maio de 2020, do auto de Infração nº 141337003002020126 (e-process nº 5755107/2020), visando a cobrança de supostos débitos de ICMS Diferencial de Alíquota feita pelo Estado de Mato Grosso, no valor histórico de R\$ 1.215 (um milhão, duzentos e quinze mil, reais) e valor atual de R\$ 1.815 (um milhão, oitocentos e quinze mil reais). A Companhia apresentou defesa sustentando o recolhimento do imposto no período fiscalizado e está aguardando o julgamento da defesa na esfera administrativa.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) dividido em 84.001.000 ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100,00%

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 174.423 (cento e setenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e do benefício fiscal, ficando disponível o montante de R\$ 192.800 (cento e noventa e dois milhões e oitocentos mil reais).

d. Reserva especial de lucros a realizar

A Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

Em 2021 ocorreu a reversão para reserva de retenção de lucros referente a realização de reserva criada na adoção do CPC 47 referente a janeiro de 2018 conforme artigo 197, § 2º e artigo 202 inciso III da lei 10.303.

e. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, podendo ser fruído de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2020, o Ato Declaratório Executivo retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2019. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 22.396 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil reais) em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 32.741 (trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil reais).

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício - societário	66.618	55.267
Reserva legal (5%)	(3.331)	(2.764)
Base de cálculo para os dividendos	63.287	52.503
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	633	525
Juros sobre capital próprio (i)	(1.891)	(3.903)

rec

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através de AGE de 28 de dezembro de 2020 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 8.620 (oito milhões, seiscentos e vinte mil reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.293 (um milhão, duzentos e noventa e três mil reais), o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 7.327 (sete milhões, trezentos e vinte e sete mil reais). Esse montante foi pago em julho e agosto de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.989 (cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil reais). Esse montante foi pago em 30 de agosto de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o balanço semestral, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.760 (dois milhões setecentos e sessenta mil, reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.903 (três milhões novecentos e três mil reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 585 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$3.318 (três milhões, trezentos e dezoito mil, reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 31.037 (trinta e um milhões, trinta e sete mil reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 1.637 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil reais). Esse montante foi pago em 20 de dezembro de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 1.891 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 284 (duzentos e oitenta e quatro mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 1.607 (um milhão, seiscentos e sete mil reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	85.823	79.207
Receita de rateio de antecipação	(1.750)	(330)
Receita de encargos de transmissão (i)	71.117	64.808
Recuperação de PIS e COFINS	7.338	6.852
Receita Rede de Fronteira	4.981	4.782
Receita de CCT	2.711	2.193
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(2.309)	(1.526)
Indisponibilidade de equipamentos	(60)	(147)
Outras receitas de operação	7	
Descontos Incidentes na TUST	3.788	2.575
Deduções da receita operacional	(9.006)	(7.978)
PIS	(1.416)	(1.247)
COFINS	(6.523)	(5.742)
TFSEE	(768)	(712)
P&D	(299)	(277)
	76.817	71.229

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em Julho/2022.

20 Custo da Operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(3.377)	(3.508)
Material	(430)	(330)
Serviços de terceiros	(374)	(439)
Depreciação e amortização	(7.518)	(7.516)
Gastos diversos	(359)	(284)
Outros	(118)	(127)
	(12.176)	(12.204)

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.068)	(2.414)
Administradores	(128)	(189)
Material	(61)	(75)
Serviços de terceiros	(434)	(517)
Arrendamentos e aluguéis	(118)	(80)
Doações	-	(19)
Provisões/reversão (i)	(348)	23
Tributos	(27)	(3)
Depreciação e amortização	(43)	(43)
Outras	(266)	(299)
	(3.493)	(3.616)

(i) Variação refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperada referente a AVC complementar do Grupo Quiturará conforme mencionado na nota explicativa 8.

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(2.197)	(2.281)
Encargos	(772)	(776)
Outros Benefícios - Corrente	(358)	(381)
Outros	(50)	(70)
	<u>(3.377)</u>	<u>(3.508)</u>
Pessoal - administração	2022	2021
Remuneração	(1.178)	(1.380)
Encargos	(481)	(542)
Benefícios	(201)	(249)
Administradores	(128)	(189)
Outros	(208)	(243)
	<u>(2.196)</u>	<u>(2.603)</u>
	<u>(5.573)</u>	<u>(6.111)</u>

23 Outras receitas (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva SUDAM (i)	10.345	8.751
Pessoal	(144)	(174)
Outras despesas	(35)	(21)
	<u>10.166</u>	<u>8.556</u>

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020.

24 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	<u>5.000</u>	<u>2.632</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.613	1.280
Tributos sobre receitas financeiras	(244)	(128)
Outras receitas financeiras (ii)	631	1.480
Despesa financeira	<u>(9.772)</u>	<u>(8.182)</u>
Juros e variação monetária sobre empréstimos – terceiros	(9.552)	(8.120)
Outras despesas financeiras	(220)	(62)
	<u>(4.772)</u>	<u>(5.550)</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 7.
- (ii) Aumento no exercício de 2021 refere-se a atualização selic do saldo negativo de IRPJ 2018.

25 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	85.024	81.420
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.499	1.191
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)		
Ajustes ICPC 01	(19.134)	(41.927)
Doações e Subv. para Investimento	(10.346)	(8.750)
Juros s/ Capital Próprio	(1.891)	(3.903)
Outros	(284)	-
Lucro Real	54.868	28.031
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(13.693)	(6.984)
Inc. Fiscais	35	(993)
IRPJ devido (25%)	(13.658)	(7.977)
CSLL (9%)	(4.963)	(2.523)
IR e CS correntes	(18.621)	(10.500)
Alíquota efetiva	22%	13%

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	1.170	834
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.170	834

26.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	642	820
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	642	820

26.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	798	270
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	941	338
Despesa de aluguel (ii)	(119)	(68)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(24)	-

- (i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos.

Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	237	297
Benefícios diretos e indiretos	42	63
Encargos	142	166
Provisões (13 salário, férias e bônus)	192	205
Valor total da remuneração	613	731

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

27 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	48.499	31.851
Títulos e Valores Mobiliários	9	4.676	4.659
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	8	8.265	7.746
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos e financiamentos - terceiros	14	108.044	117.851
Fornecedores terceiros	13	1.737	2.160
Fornecedores partes relacionadas	26	642	820

27.2 **Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais Mil

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	48.499	31.851
Títulos de Valores Mobiliários	4.676	4.659
Concessionária e Permissionárias	8.265	7.746
Passivos Financeiros		

Empréstimos e financiamentos - terceiros 108.044 117.851

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Canarana Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	94.120	94.121
Veículos	Carros	179	186
		<u>114.299</u>	<u>114.307</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente
103573/O-2

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ -